

Câmara. Dra. Isaura colocou que para o setor de mineração seria importante a colocação no Plano de Trabalho de uma resolução com critérios de outorga para esse setor. Colocou ainda que para subsidiar a discussão da proposta de resolução para o setor de mineração seria interessante que os membros da Câmara Técnica conhecessem uma unidade operacional em Minas Gerais e propõe uma visita à Mina de Itabira, em 07 de março de 2001. Dra. Leila lembrou que esta Câmara Técnica tem com meta principal trabalhar com procedimentos interrelacionados procurando ligar as ações federal e estaduais com ações interrelacionadas à outorga. A Presidente agradeceu a presença de todos e solicitou que voltássemos à reunião conjunta com as Câmaras Técnicas Institucional e Legal e a de Águas Subterrâneas para discutirmos a proposta de decreto e o PL nº 1.616 e agendar a próxima reunião para dia 13 de março de 2001. Em seguida Dr. Julio colocou em discussão a proposta de Decreto que regulamenta a Lei nº 9.433, de 1997, encaminhada pela Secretaria Executiva do MMA. Iniciou-se a discussão onde a Dra. Patrícia sugeriu discutir-se primeiro o PL nº 1.616 o que não foi acertado pelos membros das Câmaras Técnicas de Assuntos Legais e Institucionais e de Outorga, já que nesse momento os membros da Câmara Técnica de Outorga retornaram à reunião. Foi acordado que a análise do Decreto deverá considerar o PL nº 1.616 onde se analisaria o que pode ser transferido para o Decreto e da mesma forma o que do decreto poderia ser transferido para o PL por ser necessariamente matéria de Lei. Foi acordado que Dra. Diane remeteria para todos os conselheiros e participantes das Câmaras Técnicas a versão 1, de 23/01/2001, do Decreto e uma solicitação para que até dia 06/02/2001 remetam contribuições sob o formato de emendas (aditivas, supressivas, complementares ou substitutivas). Todo esse material seria analisado e consolidaria uma proposta de decreto revisado por um grupo de trabalho composto por, pelo menos, um representante de cada segmento. Foram agendadas reuniões do grupo de trabalho nos dias 07, 08, e 09 de fevereiro no Rio de Janeiro, na sede do instituto Brasileiro de Siderurgia. Essa proposta de decreto revisado será consolidada na reunião dos dias 13 e 14 de fevereiro das Câmaras de Assuntos Legais e Institucionais e de Outorga. Dr. Julio colocou em discussão o PL nº 1.616. Foi acordado priorizar a discussão da proposta de decreto e após essa análise, trabalhar-se o PL nº 1.616. A seguir Dr. Julio colocou em discussão a proposta do CEIVASF para adaptação do Comitê à Resolução nº 5, de 2000, do CNRH. Após discussões foi acordado que a Secretaria Executiva do CNRH fará uma análise da solicitação do CEIVASF e instruirá a Câmara Técnica Institucional e Legal através de um parecer técnico consubstanciado. Dr. Julio agradeceu a presença de todos, parabenizou a Dra. Leila Gomes pela eleição para a Presidência da CT Outorga e encerrou a reunião.

Leila de Carvalho Gomes
Presidente

Diane Mara F. Varanda Rangel
Relatora

109 observações não são pertinentes nesse momento pois, essa proposta de resolução é de
110 caráter nacional e geral. Por unanimidade não foi acatada a proposição de destaque n.º
111 1. Passou-se então a discussão do destaque n.º 2, apresentado pela ABRH. Dra. Martha
112 colocou que não é prudente mudar esse texto agora pois é texto da Lei nº 9.433 e um
113 novo texto pode trazer interpretações mais complexas. Dr. Roberto reafirmou a
114 colocação de Dra. Martha. Dr. Cláudio, do CEIVAP, colocou que a proposição contraria
115 a Lei nº 9.433, de 1997. Dr. Julio propôs o encaminhamento, onde, a posição das 3
116 Câmaras Técnicas seria contrária uma vez que a mesma contraria os artigos 5º e 6º da
117 Lei nº 9.433, de 1997. Os membros das três câmaras aprovaram o encaminhamento por
118 unanimidade. Dr. Julio lembrou que as outras colocações são de caráter geral o que,
119 para sua análise, obrigatória rever toda a proposta de resolução e portanto contrária a
120 decisão do plenário do CNRH que foi: resolução aprovada em bloco devendo as
121 Câmaras Técnicas analisarem os destaques. Dra. Isaura colocou que os destaques
122 terminaram portanto a análise dos destaques foi concluída. Dr. Julio colocou que, como
123 a posição das Câmaras Técnicas foi de analisar os destaques e de encaminhar as
124 observações para aperfeiçoamento futuro da resolução e servir de base para discussão de
125 proposta de resolução onde os temas sejam tratados de forma mais detalhada. Dr.
126 Marcelo Taylor colocou que as contribuições da ABRH e ABAS não são pertinentes
127 para o instrumento em tela mas que serão consideradas no detalhamento das questões
128 relacionadas à água subterrânea. Dra. Martha colocou que, para concluir é necessário
129 fazer algumas revisões no art. 4º compatibilizando-o com o art. 12 da Lei nº 9.433, de
130 1997, no art. 7º acrescentar “e no art. 12 desta resolução”, no art. 11 especificar o artigo
131 26, parágrafo único da Lei nº 9.433, 1997, no art. 17 substituir a palavra
132 “protocolizados” por “protocolado” e no artigo 25, parágrafo único, retirar a palavra
133 “solicitará”. Dr. Julio afirmou que a revisão será feita pela consultoria jurídica uma vez
134 que o problema não é de conteúdo mas de forma jurídica. Considerando que os
135 próximos pontos de pauta (composição do CNRH e Regimento Interno do CNRH) são
136 de competência exclusiva da Câmara Técnica Institucional e Legal, Dra. Diane Rangel
137 convidou os participantes da Câmara de Outorga para reunião em separado
138 considerando a pauta. Dra. Diane abriu a reunião, em separado, agradecendo a presença
139 de todos e colocou o primeiro ponto de pauta: eleição do Presidente, considerando que
140 Dr. Marcos Freitas afastou-se da ANEEL pois foi nomeado Diretor da Agência
141 Nacional de Águas a qual ainda não tem assento no CNRH. Após algumas discussões
142 foi indicada por unanimidade a Dra. Leila Gomes representante dos Conselhos
143 Estaduais da Região Sudeste para ocupar a presidência da Câmara. Dra. Leila agradeceu
144 a indicação e ocupou a Presidência. Dra. Leila passou a palavra ao Dr. Marcos Freitas.
145 Dr. Marcos Freitas fez um balanço do trabalho da Câmara Técnica enquanto esteve na
146 Presidência e agradeceu o empenho de todos bem como a expressiva participação de
147 todos os segmentos. Em seguida, fez uma pequena explanação dos projetos de trabalho
148 na Agência Nacional de Águas e colocou a Agência à disposição da Câmara para
149 quaisquer esclarecimentos ou apoio técnico. Colocou-se à disposição de todos os
150 presentes e despediu-se mais uma vez agradecendo. Dando continuidade à reunião Dra.
151 Leila colocou em discussão o Plano de Trabalho desta Câmara. Considerou que como
152 não houve propostas, propôs que se estabeleça o prazo de 10 dias para que todos
153 remetam propostas para o Plano de Trabalho o qual seria consolidado na próxima
154 reunião. Dra. Rejane solicitou que seja melhor dimensionado o tempo das reuniões pois
155 as mesmos têm se estendido e não há possibilidade de permanência se não for agendada
156 com antecedência. Dra. Leila solicitou que a relatora preparasse uma proposta de
157 cronograma para as reuniões considerando as reuniões das outras Câmaras Técnicas.
158 Dra. Leila informou que provavelmente será necessária Convocação extraordinária da

59 Institucionais, Procedimentos de Ações de Outorga e Regulação e Águas Subterrâneas
60 ocorridas nos últimos dois meses, seria a análise das atas por cada Câmara em separado.
61 Em seguida, leu a pauta e colocou que a primeira parte da reunião é conjunta com as
62 Câmaras acima mencionadas. Colocou em discussão o primeiro ponto de pauta: os
63 destaques da ABRH/ABAS à Proposta de Resolução de Diretrizes para Outorga de uso
64 de água. Dr. Julio solicitou que o representante da ABRH apresentasse os destaques,
65 entretanto este não estava presente. Dr. Airton Bodstein solicitou que constasse em ata
66 que o representante da ABRH foi convidado e não compareceu. Na ausência do
67 representante da ABRH foi encaminhada a discussão porém o Dr. Leitão, representante
68 do MEC, solicitou que se apreciasse os destaques apresentados por ele (Anexo II) em
69 primeiro lugar. Dr. Julio colocou em discussão se aceitar-se-ia ou não discutir os
70 destaques apresentados pelo conselheiro Leitão, considerando que não foi apresentado
71 no prazo acordado no plenário do CNRH. Dr. Julio informou que dentre os 3
72 representantes que apresentaram destaques apenas a ABRH cumpriu a determinação do
73 plenário que seria remeter os destaques por escrito, com a justificativa devida no prazo
74 de 30 dias. Após as discussões foi aprovada por unanimidade a discussão dos destaques
75 apresentados pelo representante do MEC. Após inúmeras discussões foi decidido acatar
76 o destaque relativo ao parágrafo 4º do art. 1º incluindo no texto: **visando a gestão**
77 **integrada e sustentável dos recursos hídricos**. O proposto nos destaques 2,3,4,5 e 6
78 do Anexo II foi rejeitado por unanimidade por considerar que não pode ser criada a
79 figura da outorga temporária por resolução do CNRH. Dra. Leila enfatizou não ser
80 necessário por duas razões: a primeira jurídica, já que não é um “tipo” de outorga
81 prevista na Lei nº 9.433, de 1997, e sua regulamentação e a segunda porque a
82 precariedade dos atos de outorga é uma forma de tornar “flexível” o ato, podendo esta
83 outorga ser dada pelo tempo que o órgão outorgante entender necessário (até o prazo
84 dos atos determinados na regulamentação) e/ou revogando-o em qualquer instante.
85 Quanto à questão da carga lançada (Anexo II), não foi acatada a proposição por
86 unanimidade por considerar que esse assunto é tratado na licença ambiental. Dra.
87 Patrícia Boson sugeriu introduzir essa questão no PL nº 1.616. Dr. Mendo destacou o
88 mérito inegável das proposições apresentadas pelo conselheiro Dr. Leitão para virmos a
89 ter, no Brasil, a melhor qualidade de água possível, enfatizando entretanto que ao se
90 determinar a outorga temporária, aumenta-se o risco do outorgado e pode, inclusive,
91 tornar inviável projetos de prazo mais longo. Dra. Isaura propôs remeter para discussões
92 futuras. Dr. Julio considerou as observações de Dra. Isaura e propôs que, considerando
93 ser o assunto importante, deveremos remetê-lo para reuniões futuras das Câmaras
94 Técnicas para Assuntos Legais e Institucionais e a de Outorga buscando a inter-relação
95 dos instrumentos de outorga e licenciamento ambiental para uma discussão mais
96 aprofundada. Foi aprovada por unanimidade a proposição da Dra. Isaura encaminhada
97 pelo Dr. Julio. Em seguida, Dr. Julio registrou a presença do Dr. Paulino Cícero,
98 Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais. A seguir, o Presidente colocou em
99 discussão os destaques da ABRH, (Anexo III). Iniciou-se as discussões pelo destaque nº
100 1. Dr. Luiz Amore, representando a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, leu o
101 parecer da Câmara (Anexo IV) que acolhe as recomendações da ABRH/ABAS, mas
102 considera que as sugestões devam ser incluídas em outro instrumento onde trabalhar-se-
103 á em detalhamento maior. Dr. Roberto Monteiro considerou que as questões levantadas
104 devem ser tratadas de forma específica e em instrumento específico. Dr. Elcio colocou
105 que as proposições devem ser consideradas mas em instrumento específico mais
106 detalhado, pois a resolução deve ser genérica. Dra. Isaura colocou que a ABRH não fez
107 proposições específicas mas considerações gerais e que todas observações estão
108 cobertas pelo artigo 5º da proposta de resolução ou seja detalhamento posterior e que as

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.

DATA: 23/01/2001 **Início:** 9:50 hs **Término:** 24/01/01 às 16:40 hs

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto A. Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Ministério dos Transportes: Guilherme de Lima Paes (guilherme.paes@transportes.gov.br)
Conselhos Estaduais Região Sul: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima (re.janebs@zaz.com.br)
Conselhos Estaduais Região Sudeste: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Cláudio Serricchio / CEIVAP (ceivap@uol.com.br)

CONVIDADOS:

Aírton Bodstein de Barros
Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Eny Guimarães de Lemos / CEDAE-RJ (dpe@montreal.com.br)
Benedito E. Barbosa Pereira (bebarbos.tln@terra.com.br)
José Leitão Filho
Célia Cristina Maria Pimenta - SRH/MMA (celliacristina@terra.com.br)
Celina Xavier de Mendonça – SRH/MMA (cexmend@uol.com.br)
Maria Luiza Werneck (mwernneck@mail.cni.org.br)
Élcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)
Luís Sérgio de Oliveira (daeedpp@terra.com.br)
Thomas Ribeiro Neves (tmeves@igam.mg.gov.br)
José Mendo M. de Souza (ibeam@tba.com.br)
José Sílvio Soares Rios / SEMAD-MG
Maria Salete Cobalchini (msalete@pontoweb.com.br)
Célia Maria Brandão (celia@igam.mg.gov.br)
Jorge Enoch Furquim Werneck Lima (werneck@aneel.gov.br)
Willer H. Pós (whpos@igam.mg.gov.br)
Carlos Oiti Berbert (coiti@mct.gov.br)
Marcelo Taylor de Lima (marclima@horiz.com.br)
Agostinho F. Sobrinho Neto (afneto@cverd.com.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos (iude@cverd.com.br)
Rejane Ap (daeeng@daenet.com.br)
Leila Heizer Santos (leila-heizer@vnet.com.br)
Luciano Menezes da Silva – SRH/MMA (lmeneses@tba.com.br)
Elcio Linhares Silveira (elciols@uol.com.br)
Isaura Maria Vieira Pinho (isaura@cverd.com.br)
Maria Aparecida B P. Vargas (vargasma@zaz.com.br)
Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Mauro Ribeiro Viegas (profmrviagas@concremat.com.br)

RELATORA:

Diane Mara F. Varanda Rangel

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dr. Julio abriu a reunião agradecendo a presença de todos, em seu nome e do Secretário de Recursos Hídricos, desejando que o trabalho desse ano seja tão profícuo quanto do ano anterior. Destacou que o trabalho do CNRH é importante para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e que o nosso trabalho nas Câmaras Técnicas deve ser no sentido de instrumentalizá-lo para a implementação dos princípios da Lei nº 9.433, de 1997. Em seguida, Dr. Julio expôs a proposta de encaminhamento para a aprovação das atas das reuniões conjuntas das Câmaras Técnicas de Assuntos Legais e